

INTRODUÇÃO

O termo Educação social tem sido usado em diversas situações e por isso acaba trazendo dúvida na sua significação. É importante ressaltarmos o significado de Educação Social. Para o dicionário Priberam Educação “1. é o conjunto de normas pedagógicas tendentes ao desenvolvimento geral do corpo e do espírito 2. conhecimento e prática dos usos considerados corretos socialmente”. Já social “1. que diz respeito à sociedade. 2. que tem tendência para viver em sociedade”. Fazendo uma significação genérica, educação social é um conjunto de normas pedagógicas que auxiliam no desenvolvimento físico e mental da criança, incluindo-a na organização social.

Segundo Trilla (2003, p.28) pode-se atribuir o termo educação social quando ocorrem, pelo menos, duas das seguintes situações:

1. dirigem-se, prioritariamente, ao desenvolvimento da sociabilidade do sujeito;
2. destina-se de forma privilegiada aos grupos em situação de conflito ou risco social ; e
3. tem lugar em contextos ou por meios de educação não formal.

Mas como surgiu a Pedagogia Social no mundo? É muito difícil precisar o surgimento, mas temos que observar os primeiros vestígios que tem origem nas práticas do cristianismo e em pedagogos como Pestalozzi e Froebel antes ainda que sistematizasse como disciplina. Segundo Calliman (1997) logo em seguida com o surgimento da revolução industrial surgiram também com ela os problemas sociais, e foi a partir do século XIX, em especial na Alemanha, que motivaram a criação da Pedagogia Social como ciência e como disciplina.

De acordo com Oliveira & Haddad (2001 Apud. CARVALHO. Josué de Oliveira; CARVALHO. Lindalva R. S. O. 2006) No Brasil desde os anos 60-70 as associações civis sem fins lucrativos, provenientes das igrejas, partidos políticos e universidades, realizavam um trabalho social junto às populações menos favorecidas. Segundo Ribeiro (2004. Apud. CARVALHO. Josué de Oliveira; CARVALHO. Lindalva R. S. O. 2006) foi em especial nos anos 80-90 que a educação social ganhou maior importância no Brasil. Isso graças à nova organização do Estado, a educação passou a ser tratada como responsabilidade da sociedade civil e da família, e sua preparação para o mercado de trabalho tornou-se responsabilidade do cidadão.

Nessa perspectiva da Educação Social procuramos fazer uma breve introdução sobre o conceito de cidadania e o que ele representa para os gestores da Fundação de Crianças e Adolescentes (FUNAC) de Imperatriz, Maranhão. Com o intuito de apenas levantar questionamentos para uma futura discussão aprofundada sobre o tema. Tivemos como foco os objetivos de descobrir se os gestores da Fundação acreditam na ressocialização dessas crianças, e também quais os conceitos de cidadania que esses educadores tem em mente.

Nosso caminho metodológico percorrido, foi uso do método indutivo no qual baseia-se em um processo mental, partindo de dados particulares, em que se tenha conhecimento sobre o determinado assunto pesquisado, mas sem conhecimento breve sobre as conclusões, se as mesmas são verdadeiras ou falsas. “Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.86).

Entendendo pesquisa de uma forma bem simplória, podemos dizer que é um método científico que serve para conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais. Já técnica é um conjunto de preceitos no qual a ciência se utiliza. Dessa forma, alia-se a pesquisa, também a técnica, que serve para executar os diversos mecanismos que existe para execução de uma pesquisa científica.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica para entendermos melhor o assunto proposto, observando o que autores discutem e discutiram sobre o assunto. Também fizemos uso de leis, como foi o caso do uso do Estatuto da criança e do Adolescente (ECA), utilizamos o Estatuto como parâmetro para entendermos melhor o universo da proteção da cidadania e dos direitos das crianças que vivem em situação de risco social. E utilizamos conceitos usados pelo educador Paulo Freire, para que através dos olhos de um educador pudéssemos ver o significado de agente social, assistencialismo e cidadania.

Também nos servimos da pesquisa de campo, que é segundo Lakatos (2003) a observação direta no lugar aonde os fenômenos acontecem. É a observação, o registro e a coleta de dados, e devem ser feitas pelo pesquisador dentro do local onde acontece o fenômeno. Optamos dessa forma, pela pesquisa de campo exploratória, que tem por finalidades: levantar questões, ou ainda, levantar uma problemática acerca do fenômeno pesquisado, com 3 finalidades específicas (LAKATOS, 2003, p.188): “desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou

fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos”.

Dessa forma, chegamos a seguinte problemática que cerca essa pesquisa: o que os gestores da FUNAC entendem por cidadania. Tendo como parâmetro principal o conceito de cidadania, analisamos os discursos feitos pelos gestores sobre o tema: educação e cidadania, para que em um momento oportuno possamos dar seguimento a essa pesquisa e dessa forma, descobriremos se há uma clareza e uma coesão nesse significado para os agentes sociais.

A justificativa para a realização dessa pesquisa é a grande marginalização e o aumento da criminalidade entre os menores de 18 anos. Queremos poder contribuir para que se tenha conhecimento sobre as reais dificuldades encontradas pelos menores para se inserir na sociedade, e dessa forma, gozar dos seus direitos de cidadão. Tendo descoberto os principais problemas para essa ressocialização, acreditamos que o poder público possa desenvolver políticas públicas que venham sanar essa situação tão preocupante em nosso país.

A FUNAC da cidade de Imperatriz, na qual é objeto dessa pesquisa, funciona em sistema de regime provisório, onde os adolescentes-infratores esperam no máximo 45 dias para terem seus processos julgados e serem conduzidos para liberdade ou cumprir suas devidas penas. Dentro desse período eles ficam reclusos na instituição sobre a tutela do Estado.

Na instituição, esses adolescentes recebem a devida atenção necessária durante esse período, como: alimentação, assistência à saúde e reforço escolar, para que dessa forma, eles não venham ficar completamente fora do regime escolar durante esse período de reclusão. A pesquisadora levantou alguns questionamentos para os gestores da instituição sobre o conceito de cidadania. Na presente pesquisa, não mencionarei os nomes dos entrevistados apenas para preservar suas imagens.

Ao questionar um dos gestores da FUNAC sobre o que eles entendem sobre cidadania, obtive a seguinte resposta : “cidadania é a questão dos direitos e deveres, no caso da FUNAC sempre trabalhamos com os meninos sobre os direitos e deveres, mas ele só reclamam mesmo dos direitos, eles acham que não tem deveres”.

Assim, fizemos uma breve análise sobre o que é ser cidadão e o seu significado para os gestores da instituição, e dessa forma, podermos entender melhor como se é trabalhado junto com as crianças o conceito de cidadania, para que assim, em

um trabalho futuro possamos descobrir se a instituição tem obtido êxito na hora de transferir esse conceito para os adolescentes.

AGENTES DE MUDANÇAS

Segundo Paulo Freire (Freire, Apud. VASCONCELOS; BRITO 2006) não existe apenas um único agente de mudança na sociedade, não podemos enquanto sociedade, direcionar apenas para um agente, sendo esse um gestor público, mas devemos entender que isso deve ser um processo coletivo, que inclui também o trabalhador social e a coletividade. Isso significa segundo o autor, que devemos esperar menos do trabalhador social, ou gestor social, e contribuir enquanto cidadãos membros de um corpo organizados para o bem dessa mudança social. Deixa bem claro que podemos contribuir se assim quisermos, para incluir os excluídos, ou libertar os oprimidos.

Ainda segundo Paulo Freire (Freire, apud. VASCONCELOS; BRITO 2006, p. 43) os agentes da educação devem praticar o amor. Sendo esse amor, “fundamental para que todos os homens e mulheres, seres inacabados e em constante aperfeiçoamento, possam aprender”. O autor (Freire, apud. VASCONCELOS; BRITO 2006, p. 47) fala o significado de assistencialismo como algo danoso, explica que o assistencialismo rouba algo fundamental do homem: a sua responsabilidade. “O assistencialismo [...] é uma forma de ação que rouba ao homem condições a consecução de uma das necessidades fundamentais de sua alma – a responsabilidade [...]”.

Mas a discussão principal em torno desse trabalho é o significado do conceito de cidadania, que segundo Paulo Freire (Freire, apud. VASCONCELOS; BRITO 2006. p. 52 e 53):

Não, cidadania não é um puro “adjetivo” que qualifica a pessoa em função de sua geografia. É algo a mais. A cidadania está referida diretamente à história das pessoas e tem que ver com uma outra coisa muito mais exigente que é a assunção da história da pessoa. Tem que ver com o assumir a sua história na mão, quer dizer, não há cidadania sobre quem faz a história [...] A história não é feita de indivíduos, ela é socialmente feita por nós todos e a cidadania é o máximo de uma presença crítica no mundo da história por ela narrada. Então vocês vejam a cidadania como sendo isso. A cidadania não é apenas o fato de ser um cidadão que vota. [...] o conceito de cidadania vem casado com o conceito de participação, de ingerência nos destinos históricos e sociais do contexto onde a gente está. A profundidade da significação de ser cidadão passa pela participação popular, pela “voz”. [...] Não é abrir a boca e falar, recitar. A voz é um direito de perguntar, criticar, de sugerir. [...] ter voz é ser presença crítica na história. Ter voz é estar presente, não ser presente.[...]

Para o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), no artigo 205, no que concerne à educação, toda criança tem direito à educação, oferecida pelo Estado e pela família,

para que dessa forma, ela possa ser preparada para o bom exercício da cidadania e ter qualificação para o trabalho.

Entendemos então, que para a boa compreensão de ser cidadão a criança precisará está diretamente resguardada pelo direito fundamental garantido pela Constituição Federal, e reafirmo pelo ECA: à educação oferecida de forma gratuita pelo Estado, para que dessa forma, ela possa compreender seu papel dentro da sociedade, sendo inserida como protagonista desse meio social.

Essa preocupação com a educação é evidenciada dentro da instituição e reafirmada na fala de um dos gestores: “temos que garantir os direitos para essas crianças [...] direito a escolarização, mesmo que não seja regular, mas a gente tem um reforço escolar, onde os professores são cedidos pelo estado”. Com isso, observamos que há uma objetivação por parte dos gestores para repassar o conceito de cidadania em seu sentido pleno para essas crianças. Mas será que esse conceito tem sido repassado de forma que esses adolescentes entendam o que é ser cidadão? Nessa breve pesquisa, não temos a intenção de chegarmos a essa conclusão, mas temos o interesse de levantar dúvidas para que em um futuro próximo se possa chegar a resultados significantes.

Para Freire (Apud. FERNANDES, 2011) o primeiro momento que o homem precisa para se tornar consciente que é um cidadão, é ter conhecimento de sua história, pois será a partir desse conhecimento, que o sujeito terá consciência da sua cidadania, dos seus direitos, dos seus deveres e do seu pertencimento na vida em sociedade. Assim, vemos a importância da educação para a transformação do homem.

O professor é um agente social importantíssimo, pois é ele que é responsável de levar às crianças os primeiros conceitos vistos por ela sobre cidadania, além, é claro, de fazer germinar cultivando esses conceitos e explorando ainda mais conhecimentos acerca do papel que o cidadão ocupa na sociedade. Freire (Apud. FERNANDES, 2011) pensou a respeito da importância que o agente social na função de professor tem a respeito da conscientização dos seus alunos de retirá-los da situação de ingenuidade para a criticidade, e dessa forma, terem consciências ativas e transformadas acerca dessa sociedade. Ainda segundo Fernandes (2011, p. 35 e 36)

Pode-se afirmar que nenhuma sociedade e nenhuma educação se constituem sem sujeitos históricos. Por isso, a concepção de Paulo Freire sobre o homem é fundamental para articular as relações que se estabelecem dentro de uma sociedade e o papel da educação em tal processo.

Assim, acreditando no papel social e transformador da educação, pensamos que através desses agentes sociais, no caso o professor e gestores que contribuem para a

transformação desses indivíduos, essas crianças possa entender o seu papel enquanto cidadão e consiga sair da margem da sociedade, ocupando seu lugar de fato no corpo dessa sociedade.

CONCLUSÃO

Ao desenvolvermos essa pesquisa não tínhamos interesse em fazer análises profundas sobre como os gestores da FUNAC vem o conceito de cidadania, pelo contrário, queríamos apenas levantar discussões sobre o tema. Dentro dessa perspectiva, obtivemos êxito, pois a pesquisadora conseguiu levantar conceitos sobre cidadania sendo desenvolvido na instituição que servirá de bases para uma pesquisa futura.

O interesse da pesquisadora será de confrontar esses conceitos ditos pelos gestores com as práticas realizadas na FUNAC, bem como o conceito de cidadania compreendido pelas crianças e adolescentes da instituição, para que através desses levantamentos possamos descobrir se esses adolescentes conseguem compreender seu papel enquanto cidadãos participantes de uma sociedade. E se isso tem ligação com o processo de reincidência ou não no mundo da criminalização.

Levantando conceitos a respeito do papel do cidadão, chegamos à conclusão que o ato de cidadania está diretamente ligado a educação, e que só através dela nossas crianças terão consciência do seu papel na sociedade. É através da educação que o homem deixa de ser oprimido e passa a ter consciência do seu pertencimento dessa sociedade, dessa forma, adquire conhecimento sobre seus deveres e também direitos, podendo desfrutá-los de uma maneira sadia que contribua como um membro saudável para uma sonhada sociedade sã.

REFERÊNCIAS

Dicionário Priberam

<<https://www.priberam.pt/DLPO/educa%C3%A7%C3%A3o>> acessado às 12:30h do dia 27/05/2016.

TRILLA, J. O “ar de família” da pedagogia social. ROMANS, M; PETRUS, A; TRILLA, J. Profissão educador social. Artmed, Porto Alegre, RS, 2003.

CALLIMAN, Geraldo. Pedagogia Sociale. In PRELLEZO, José Maria; NANNI, Carlo; MALIZIA, Guglielmo. Dizionario de scienze dell’Educazione. Roma: Elle Di Ci LAS, 1997.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

VASCONCELOS, M. L. M. Carvalho. BRITO, Regina Helena. Conceitos de educação em Paulo Freire: glossário. Petrópolis, RJ: Vozes: São Paulo, SP: Mack Pesquisa – Fundo Mackenzie de Pesquisa, 2006.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Estatuto da criança e do adolescente: disposições constitucionais pertinentes: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. – 6. Ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

FERNANDES, Jovelaine Lopes Galvão. Educação e cidadania em Paulo Freire. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Universidade do Estado de Minas Gerais, 2011.